



Alexandra Manes*

Ponta Delgada. Capital da Cultura. Onde?

Tenho uma ligação profunda com Ponta Delgada. Mais não seja porque foi lá que estudei, quando parti das Flores.

Li e reli o artigo de opinião intitulado “Boli”. Fiquei ainda mais estimulada a pensar Ponta Delgada, porque afinal de contas, parece que José Manuel foi, ou é, um leopardo, que assegurou a maior autarquia pela barba por fazer e pelas papas e bolos com que enganou.

Mas, enfim, não é de Bolieiro nem do autor do referido artigo que irei escrever.

Hoje prende-se mesmo com uma questão inenarrável, que merece ser pelo menos contada. A história de Ponta Delgada, capital da cultura.

A candidatura à distinção de capital europeia da cultura, de acordo com comunicado disponível na página da Câmara Municipal, parte de uma iniciativa que remonta a 2021, ano recente que parece ter acontecido há décadas. Na verdade, poderia ser uma candidatura remontada ao ano que quisessem, que continuaria sempre ferida de segundas intenções, desde a sua raiz. Não interessará esmiuçar os motivos para tal, mas importa referir que 2021 não foi um ano inocente, sendo o primeiro do XIII Governo Regional dos Açores, e um ano de eleições autárquicas. O resto, como diria o Secretário-Geral das Nações Unidas, é só fazerem as contas.

Foi um esforço meritório, de uma equipa pequena, mas profissionalizada, que procurou no embrião da candidatura, transformar o panorama cultural, não só de Ponta Delgada, mas dos nove bairros subjacentes que constituem o nosso arquipélago. Foi um esforço malogrado, porque assim que lhes foi possível, foi cooptado para outros assuntos que não serão de trazer a terreiro no momento.

A equipa técnica e capacitada deu lugar a outra coisa. E Ponta Delgada não foi distinguida como Capital Europeia da Cultura.

Entretanto, devendo ao espírito social da iniciativa e ao esforço empreendido pelas cidades que chegaram mais perto do galardão, Pedro Adão

e Silva anunciou que Ponta Delgada, e mais duas outras cidades, seriam capitais portuguesas da cultura, nos anos vindouros. Com direito a financiamento próprio, da parte do Ministério da Cultura, e com direito a plano de atividades e revitalização da estratégia de gestão cultural de cada município.

O presidente da câmara homónimo do senhor ministro permanece, até ao momento, silencioso em relação ao desenvolvimento deste assunto. Por onde parará o protocolo por assinar referente a esta questão, é uma pergunta que muitas e muitos agentes culturais continuam a fazer. E quando chegará a lufada de ar fresco que uma cidade cosmopolita necessita para crescer face ao incremento da gentrificação e do turismo?

O senhor ministro esteve em Ponta Delgada no passado dia 5 de dezembro. Reuniu com agentes culturais e visitou espaços e patrimónios, de Natália ao Coliseu. Não assinou protocolos referentes a este compromisso. Coisa que veio a fazer, com Braga e Aveiro, dias depois. Trata-se de um compromisso que envolve dois milhões de euros, por ano, para o desenvolvimento da cultura municipal. Trata-se de uma necessidade básica, de Ponta Delgada e dos restantes nove bairros, que está esquecida e maltratada pela atual gestão. Preferimos um diretor que se preocupe com estes assuntos, e não se limite a visitar fortes enquanto empregados lhe seguram o guarda-chuva para ele ter as mãos livres para dissertar imaterialmente.

Onde anda Ponta Delgada, capital portuguesa da cultura?

Aguardamos. Até lá, lembrem-se que a cultura pode e deve ser um motivo fundamental para levar à praça nas várias eleições que nos promete 2024. Levar a Cultura a sério.

*Deputada BE/Açores

Câmara do Comércio e Associação Agrícola defendem um “pacto de regime” para maior crescimento económico

A Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e a Associação Agrícola de S. Miguel reivindicaram ontem, como prioridade para os Açores, a implementação de “políticas inclusivas e não políticas extrativas/usurpadoras”, criando “instituições robustas, focadas no objetivo final que devem prosseguir e não no interesse de grupos específicos como, por exemplo, os partidos”.

Numa conferência de imprensa conjunta em Ponta Delgada, Mário Fortuna e Jorge Rita, presidentes daquelas instituições, reivindicaram ainda como prioridade “o robustecimento de instituições como: Níveis elevados da administração pública que precisam funcionar em contínuo, mesmo quando o contexto político está em mudança, no sentido de as despolitizar permitindo o seu bom funcionamento seja qual for o contexto político; Instituições de apoio ao desenvolvimento das exportações de bens e de serviços (Expls. AICEP vs. nenhum equivalente nos Açores, Visit Azores vs. equivalente Turismo de Portugal, IAPMEI vs. Nenhum equivalente nos Açores, etc.); Instituições de acompanhamento da competitividade das fileiras produtivas fundamentais dos Açores (Expls: Fileira agroindustrial; fileira da pesca; fileira do turismo; fileira do mar). Resguardar a economia da turbulência

política; Reeditar um Acordo de Parceria com os parceiros sociais para uma agenda de políticas estáveis e previsíveis a médio prazo como: Redução do peso da dívida no PIB; Eliminação total dos pagamentos em atraso; Manutenção do diferencial fiscal no máximo permitido na LFRA; Não criação de novos impostos e taxas; Assegurar o acréscimo regional de no máximo 5% ao valor da retribuição mínima mensal garantida que vier a ser fixada; Acelerar os investimentos nas infraestruturas portuárias, aeroportuárias e de visitação turística, com vista à sua capacitação para os fluxos esperados de passageiros, de mercadorias e de visitantes; Assegurar um novo modelo de transportes marítimos que despenalize os utentes privados e faça reduzir o excessivo custo destes serviços para o utente; Criar um modelo de captação e fixação de novas rotas aéreas, para combater a sazonalidade; Criar um sistema de capitalização efectivo para todo o tecido empresarial regional; Valorizar e aumentar as qualificações dos açorianos e promover a formação contínua dos trabalhadores em todos os sectores de actividade; Manter a “Tarifa Açores”, fundamental para impulsionar o turismo interno e para, por essa via, fomentar a economia regional e a coesão económica e social do Arquipé-

lago; Regulamentar e operacionalizar o estatuto dos benefícios fiscais em sede de IRC, incluindo: i) regulamentação das deduções à coleta por lucros reinvestidos, já previsto nos DLRs de aprovação do ORAA; ii) simplificação e melhoria do Estatuto dos Benefícios Fiscais em Regime Contratual; Promover a competitividade das empresas açorianas, desburocratizando processos, agilizando respostas, reforçando a resiliência do tecido empresarial regional e potenciando a valorização salarial efetiva; Assegurar a execução célere e desburocratizada do P2030 e do PRR; Assumir um pacto de regime para que não se traga mais disfuncionalidade a um regime que tenderá a estar mais vulnerável às novas idiossincrasias da democracia com prejuízo para a economia, para a sociedade e para o nosso posicionamento nos indicadores de desenvolvimento”.

Objectivos a ter em conta

Segundo as duas instituições, “os Açores, e Portugal também, têm trilhado um caminho de divergência económica, avaliada pelo PIB/capita, em comparação com a EU, pese embora a política Europeia de coesão de que temos beneficiado; Os Açores têm evi-

denciado uma divergência económica face ao resto do país nos últimos anos; Vários indicadores socioeconómicos de educação e de pobreza são manifestamente desfavoráveis nos Açores; Vamos entrar no período de aceleração da execução do PRR e do P2030; A situação política é agora incerta devendo apenas clarificar-se até ao final do primeiro trimestre de 2024; Estaremos confrontados, com elevada probabilidade, com maior incerteza política nos próximos anos, quer a nível nacional quer a nível regional”.

CCIPD e AASM consideram como objectivos a ter em conta: Um crescimento económico global mais sustentável assente sobretudo no crescimento dos sectores transaccionáveis exportadores; Mais crescimento do valor acrescentado incorporado nas exportações tradicionais de bens e serviços; A estabilidade dos contextos de trabalho para as empresas em todos os sectores de actividade económica; A necessidade de configurar instituições capazes de alavancar o funcionamento resiliente da economia e da sociedade; Assegurar a boa execução dos programas de coesão europeia e PO2030; Criar uma base mais sólida para o sucesso das políticas sociais compreendendo a educação, a saúde e a pobreza.